



**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE,  
2 REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV: AFONSO PENA,  
3 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e três, foi realizada a reunião ordinária do Conselho  
5 Municipal de Saúde, que teve início às 14:40 horas pela 2ª secretária do Conselho, Cléa da Mata Carvalho  
6 com a leitura da pauta: 1 – Informes gerais; 2 – Informes da mesa diretora; 3 - Projeto de Urgência e  
7 Emergência; 4 - Resolução que reforma decisão de pagamento acima da tabela do SUS de alguns  
8 procedimentos; 5 - Estender o prazo de vencimento da última seleção de ACS por mais de um ano; 6 -  
9 Projeto de construção de novo Centro de Controle de Zoonoses; 7 - Assuntos gerais. O conselheiro Paulo  
10 informou sobre o que será feito pela SES a respeito do Hospital Pronto Socorro de Venda Nova e pede que o  
11 CMS/BH questione o Ministério Público sobre a constitucionalidade da Lei da OCIPS, solicita também uma  
12 declaração da SMSA sobre a questão do pagamento do Pronto Atendimento do Hospital da Baleia e  
13 também a questão do FUNDEP. A conselheira Rosalina falou sobre a prisão em flagrante da representante  
14 do Ministério da Saúde, Cida Porto e informa que a posição do SINTSPREV não concordou com a nomeação  
15 pois o Presidente Lula disse que os cargos de segundo escalão seriam ocupados por servidores de carreira.  
16 O conselheiro José Brandão informa que o governador está tirando proveito político da situação do 13º dos  
17 trabalhadores estaduais. Os recursos utilizados estão sendo retirados da dotação orçamentária da saúde e  
18 que será reposto em Janeiro/2004 com imposto, IPVA. Solicita ao CES adendo indagando e esclarecendo se  
19 esse repasse para o 13º injeta recursos da saúde. O conselheiro Hervécio informou que nos dias 22 e  
20 23/11/03 aconteceu em Sumaré/SP, o Encontro Nacional dos Militantes em Saúde do Trabalhador e que nos  
21 dias 05/12 e 06/12/2003, em Brasília/DF, para retirada de propostas sobre acidente de trabalho para serem  
22 entregues ao Presidente Lula. Fala também a demissão da ACS e conselheira de Venda Nova que foi  
23 demitida e discutido na CTRH. Informou que os encaminhamentos dados na reunião entre eles foi a emissão  
24 de um ofício ao Secretário Municipal de Saúde solicitando a readmissão da ACS. A 2ª secretária do CMS/BH,  
25 Cléa da Mata informa sobre a crise nas universidades brasileiras em especial a UFMG. Disse que a  
26 universidade tem enfrentado problemas financeiros e pede atenção especial a questão da Santa Casa, sobre  
27 o acompanhamento dos recursos repassados a mesma. Fala também da necessidade do Controle Social  
28 pois, os pacientes estão até sem alimentação e a situação não será solucionada apenas com o repasse da  
29 verba. O conselheiro João Athayde informa sobre o simpósio na PUC sobre a ética na saúde e a necessidade  
30 de acompanhamento de questões sobre as pesquisas e propõe que seja criado uma comissão técnica  
31 científica no CMS/BH. O conselheiro Paulo Roberto informa que no caso da Santa Casa, foi aprovado o  
32 repasse de um milhão e meio em conta separada para pagamento de pessoal, que deveria ser verificado  
33 pelo SINDEESS. Disse que o coordenador da comissão local de saúde eleito não pode ser mandado embora,  
34 como foi o caso da conselheira Maria do Carmo e pede que o CMS/BH tome providências sobre as  
35 perseguições e que seja feito a recondução imediata da mesma. O conselheiro Túlio esclarece sobre a  
36 competência do CM/SBH que é fiscalizar se a assistência à saúde está sendo prestada e que a competência  
37 de recrutar, admitir, estabelecer jornada de trabalho, demitir funcionários é exclusivamente do Gestor de  
38 Saúde. A conselheira Ivânia informa que o problema da conselheira Maria do Carmo é interno e que a  
39 comunidade decidiu pela saída da ACS e que o Conselho deve discutir a questão com a gerência do Distrito  
40 Sanitário de Venda Nova. O presidente do CMS/BH, Cléber das Dores responde ao conselheiro Paulo  
41 Carvalho informando que o repasse de recursos pela PBH para Santa Casa foi repassado no dia 12/04/2003,  
42 sendo portanto efetuado na gestão anterior a dele no CMS/BH. Quando o mesmo foi procurado pelo  
43 Secretário Municipal de Saúde que informou sobre a necessidade de se resolver a situação da Santa Casa no  
44 qual seriam repassados dois milhões e meio de reais, e no tardar da noite foi autorizado o repasse de  
45 quatrocentos mil reais para Santa Casa. Na época como Paulo era presidente do CMS/BH, poderia ter  
46 denunciado à imprensa. Em seguida, foi apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda  
47 o Projeto de Atenção Integral de Urgência e Emergência/SAMU, cuja cópia do projeto foi entregue aos  
48 conselheiros presentes e encontra-se à disposição no arquivo do CMS/BH para consulta. O secretário  
49 justificou o fato do projeto ter sido encaminhado de última hora ao CMS/BH, devido a liberação do mesmo  
50 há quinze dias pelo Ministério da Saúde. Em seguida a coordenadora da CTCA, Rosalina fez leitura do  
51 parecer das câmaras técnicas referente ao Projeto de Atenção Integral as Urgências: "As câmaras técnicas  
52 do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizaram reunião conjunta no dia 02/12/2003 para  
53 apreciar o Projeto da Secretaria Municipal de Saúde para implantação em Belo Horizonte de proposta  
54 nacional do Ministério da Saúde que visa o atendimento as urgências. O projeto inclui a criação do Serviço  
55 de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que contará com sistema de ambulâncias e atendimento direto  
56 à população pelo telefone 192. O projeto foi amplamente discutido e novamente ressaltado o fato de o  
57 Conselho Municipal de Saúde estar tendo que deliberar com prazo mínimo para apreciação. Os conselheiros  
58 presentes à reunião decidiram apresentar ao plenário do Conselho Municipal de Saúde parecer favorável a  
59 aprovação do Projeto com as seguintes recomendações: 1 - Que seja feito o redimensionamento dos



60 recursos humanos e de toda infra-estrutura dos serviços de urgência/emergência; 2 - Que o Conselho  
61 Municipal de Saúde tenha acesso permanente ao fluxo financeiro de execução do projeto, com elaboração e  
62 apresentação das planilhas de custo; 3 - Que em relação às urgências psiquiátricas sejam respeitadas as  
63 deliberações das conferências municipal, estadual e nacional de saúde mental; 4 - Que a mesa diretora do  
64 Conselho Municipal de Saúde peça esclarecimentos sobre o fato de a SMSA estar pagando pelo atendimento  
65 no PA do Hospital da Baleia, apesar do serviço ter sido fechado, segundo informações da própria Secretaria.  
66 BH, 02/12/03. Rosalina Fernandes - Coordenadora da CTCA/pelos demais Coordenadores." O Secretário  
67 Municipal de Saúde, Helvécio Miranda disse que este assunto não se esgotará aqui e serão abordados em  
68 outras ocasiões também. O conselheiro João Athayde propõe levar esta discussão para a região  
69 metropolitana cobrando dos outros gestores o papel da FHEMIG, hospitais filantrópicos, problemas de  
70 gestão/dívidas/recursos reais destes hospitais, direito do cidadão de se sentir doente análise da SMSA. O  
71 Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda, lembra que este assunto não se esgota nessa reunião e  
72 será abordado em outras oportunidades. Em seguida a mesa diretora abre espaço para intervenções dos  
73 conselheiros. Falaram os seguintes conselheiros: João Athayde, José Brandão, Rogério Sena e Valdir de  
74 Matos do Conselho Distrital de Saúde. O Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda Magalhães  
75 respondeu aos questionamentos informando que está sendo criado o Fórum Municipal de Urgência e  
76 Emergência, com câmaras técnicas temáticas, com secretaria executiva o que é uma exigência da Portaria  
77 também e será reativado o fórum metropolitano. Não existe dúvidas que os hospitais continuarão  
78 atendendo as cidades da região metropolitana de BH mas, isso deverá ser pactuado com os gestores por  
79 meios da SES. Informa que foi publicada uma Portaria pelo Ministro da Saúde para efetuação de um estudo  
80 para viabilização de sustentabilidade financeira dos oito maiores hospitais filantrópicos do Brasil, incluindo a  
81 Santa Casa de BH. Disse que os hospitais filantrópicos em BH atuam na retaguarda de leito para  
82 atendimento dos pacientes que são atendidos primeiramente na porta de entrada das urgências que  
83 necessitam de internação hospitalar. Informa que o conceito de urgência está sendo ampliado para que o  
84 usuário defina a situação de urgência. Fala ainda sobre as dificuldades enfrentadas nos hospitais Alberto  
85 Cavalcanti e HOB pelo fato da região Noroeste, não possuir uma UPA. Disse que a questão dos motoboys,  
86 tornou-se um problema urbano e de saúde pública e será discutido juntamente com a BHTRANS. Informa  
87 que as ambulâncias serão centralizadas nesta nova central estando distribuídas em toda cidade para atender  
88 as urgências mais próximas. Em seguida falaram os conselheiros: Luzia, Hervécio, Paulo Roberto, Luiz  
89 Moraes, Alcides e Roberto Francisco. O representante da SMSA, Dr. Anselmo falou a respeito do núcleo de  
90 atenção a urgência, da pactuação com o Hospital Alberto Cavalcanti em relação ao atendimento urgência de  
91 pequenas e médias complexidade, Hospital Pronto Socorro de Venda Nova é responsável por toda referência  
92 primária da região de Venda Nova, planilha de custos, custeio mensal do projeto, sucateamento e  
93 terceirização da frota de ambulâncias. A representante da Urgência da SMSA, Andréa responde aos  
94 questionamentos feitos pelos conselheiros presentes, como a questão de compra e renovação de  
95 equipamentos, construção de unidades em outras regionais, vias de acesso das ambulâncias, manutenção  
96 dos carros, pactuação do fluxo de atendimento com a região metropolitana e transporte sanitário. Em  
97 seguida fizeram intervenção os conselheiros Paulo Carvalho, João Athayde. Os representantes de Saúde  
98 Mental, Míriam Abou-Yd e do SAMU, Anselmo prestaram esclarecimento sobre o assunto. A 2ª secretária do  
99 CMS/BH, Cléa da Mata coloca em votação o parecer acrescentando a proposta do conselheiro Paulo  
100 Carvalho de apresentação da planilha mensal de custos juntamente com o cronograma de aplicação da  
101 mesma. O parecer foi aprovado com um voto contrario. A conselheira Elina Santos faz um pedido em nome  
102 da pastoral da criança, para que sejam feitas doações de brinquedos novos e usados para o natal das  
103 crianças acolhidas pela pastoral. O 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista fala sobre o encaminhamento de  
104 renovação da Resolução do CMS/BH – 097/02, de 12/09/2002, autorizando a SMSA a pagar valores  
105 especiais a três procedimentos para riscos cirúrgicos, sendo eles Teste Ergométrico – R\$ 39,60; Holter – R\$  
106 17,14 e o Ecocardiograma – R\$ 30,00. Essa resolução diz que a cada seis meses o CMS/BH deve renovar  
107 essa autorização para que a SMSA pague esses valores pelos procedimentos. Esclarece ainda o motivo pelo  
108 qual esses valores são pagos, por serem procedimentos de difícil disponibilidade aos usuários. Solicita que o  
109 Conselho aprove a prorrogação da Resolução CMS/BH 097/02 por mais seis meses. A conselheira Rosalina  
110 Fernandes esclarece que a prorrogação da resolução foi feita pelo plenário do CMS/BH, em abril e foi muito  
111 discutida na época. Acha que a prorrogação deve ser aprovada. O conselheiro Elson Violante esclarece que  
112 estes procedimentos são especializados e não diz respeito apenas ao risco cirúrgico. O conselheiro João  
113 Athayde informa que o Ministério da Saúde estaria fazendo um estudo para atualização desta tabela e que o  
114 Conselho aprove a resolução mas que cobre do Ministério uma tabela mais atualizada. Fizeram intervenção  
115 os conselheiros: Paulo Carvalho, Cléa da Mata, Túlio Batista, José Brandão. O conselheiro Paulo Carvalho  
116 propõe que todos os pedidos de credenciamento de serviço sejam eles, alto ou médio custo sejam colocados  
117 para o Conselho e uma vez por ano seja feito um tipo de pregão para ver de quem o gestor vai comprar  
118 com melhor preço e qualidade. o 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista lembra a proposta do conselheiro



119 João Athayde para que seja feita uma resolução cobrando do Ministério da Saúde a atualização na tabela de  
120 procedimentos. A 2ª secretária do CMS/BH, Cléa da Mata coloca em votação a renovação da Resolução  
121 CMS/BH – 097/2002 incluindo as propostas dos conselheiros Paulo Carvalho e João Athayde que foi  
122 aprovado com um voto contrário e uma abstenção. Em seguida a 2ª secretária do CMS/BH, Cléa da Mata  
123 passa para o próximo ponto de pauta que é o Projeto de construção de novo Centro de Controle de  
124 Zoonoses. O 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista informa que será retirado ponto de pauta referente a  
125 prorrogação do prazo de vencimento da última seleção de ACS por mais de um ano, pois o mesmo será  
126 discutido na CTRH, no dia 16/12/2003, informa que onde existe a necessidade de ACS como Venda Nova, já  
127 está sendo feita a seleção de ACS, que já está sendo admitido. Então o fluxo de recrutamento de ACS  
128 continua normal. A gerente de Controle de Zoonoses, Wanessa explica que os recursos para esta finalidade  
129 são inerentes a Portaria 225 de 15/05/2003 do Ministério da Saúde, antiga Fundação Nacional de Saúde,  
130 hoje Secretaria de Vigilância em Saúde. Hoje se prevê os procedimentos básicos para aplicação de recursos  
131 financeiros para uma série de projetos, entre eles a construção de uma unidade de Zoonoses. Logicamente  
132 o município que vai pleitear a construção ou adquirir recursos desta forma, deverá atender aos critérios de  
133 prioridade e de elegibilidade, constantes nesta portaria, com é o caso do município de Belo Horizonte, que  
134 vem tentando adquirir recursos para a construção de uma nova unidade desde 1996, mas ao longo destes  
135 anos vários problemas ocorreram e os recursos não foram disponibilizados. Neste ano temos uma  
136 perspectiva maior que nos outros anos, lembrando que estes recursos normalmente são para equipar os  
137 centros de controle de Zoonoses. Os recursos proporcionados por esta portaria com a finalidade de  
138 construção, se limita a um ou no máximo dois municípios por ano e em 2003 o único município do país que  
139 foi aceito, com essa finalidade pelo Ministério da Saúde foi o município de Belo Horizonte. Foi encaminhado  
140 em 30/10/2003, prazo limite para que os documentos fossem encaminhados, incluindo o plano de trabalho,  
141 a planta da obra e toda a documentação solicitada para esse tipo de convênio. O valor total da obra é de  
142 um milhão cento e vinte e sete mil duzentos e setenta e oito reais. O município já disponibilizou e registrou  
143 em cartório um terreno na regional norte, no bairro São Bernardo, Etelvina Carneiro e Juliana. Foi solicitado  
144 também pelo Ministério da Saúde uma ata do CMS/BH, aprovando a construção do novo centro. Informa  
145 que será necessário um parecer favorável do CMS/BH, pois este financiamento se refere ao ano de 2003,  
146 para que seja viabilizado o início da liberação deste recurso para 2004. Em seguida a representante do  
147 Centro de Controle de Zoonoses, Maria do Carmo informa que ainda este ano a ata do Conselho deverá ser  
148 apresentada ao Ministério da Saúde para garantia da liberação do recurso. As dependências física do centro  
149 situado no bairro São Bernardo não comportam nenhum tipo de ampliação ou reforma. Como foi informado  
150 aos conselheiros em reunião da CTCA o muro do Centro de Controle de Zoonoses, serve de parede das  
151 moradias das pessoas que moram em torno da unidade. Então, conseqüentemente, isso gera uma situação  
152 constrangedora em função da visita do Ministério Público, que fez algumas exigências, que já estão sendo  
153 cumpridas, e outras só poderão ser cumpridas após a construção do novo centro. O projeto esta sendo  
154 baseado nas normas do ponto de vista da área físicas, ambientais, Vigilância Sanitária, entre outros. Em  
155 seguida, a 2ª secretária do CMS/BH informa que o projeto foi apresentado na presença de todas as câmaras  
156 técnicas. A coordenadora da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização fez a leitura do  
157 parecer: As câmaras técnicas do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizaram reunião  
158 conjunta no dia 02/12/2003 para apreciar o projeto de implantação do Centro de Controle de Zoonoses da  
159 Secretaria Municipal de Saúde. No debate foi mais uma vez ressaltado o fato de projetos de interesse da  
160 população só estarem sendo apresentados e discutidos no Conselho com prazo mínimo para deliberação e  
161 por exigência do Ministério da Saúde, não por empenho da Secretaria em respeitar o Controle Social. Após  
162 discussão do projeto, os conselheiros presentes decidiram apresentar ao plenário do Conselho Municipal de  
163 Saúde parecer favorável a aprovação do Projeto com as seguintes recomendações: 1 - Que seja  
164 apresentado ao Conselho o Relatório e Estudo sobre o impacto ambiental do Projeto; 2 - Que seja entregue  
165 ao Conselho cópia da planta baixa do imóvel; 3 - Que seja realizado estudo sobre os níveis de risco a saúde  
166 dos trabalhadores que atuaram no projeto; 4 - Que seja feita prestação de contas ao CMS sobre a execução  
167 do Projeto. Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2003. Rosalina F. Fernandes - Coordenadora da CTCA/ pelos  
168 demais Coordenadores. Em seguida, fizeram intervenções os conselheiro: Roberto Francisco, João Athayde,  
169 Paulo Carvalho, José Brandão, Rosalina Fernandes e Túlio Batista. A gerente do Centro de Controle de  
170 Zoonoses da SMSA, Wanessa pede desculpas sobre o fato de ter sido encaminhado para o Ministério da  
171 Saúde na última hora em termos de trabalhos onde estava sendo pleiteado a análise do recurso pelo  
172 Ministério. O projeto entregue aos conselheiros não teve conteúdo alterado, sua formatação ainda não está  
173 na forma ideal mas será entregue posteriormente, pois na realidade, a exigência do Ministério de  
174 encaminhar o projeto com a justificativa, população alvo, objetivos, indicadores de impacto será feito depois  
175 do parecer favorável. Então este documento ainda não foi para o Ministério e dependendo do que for  
176 aprovado aqui, os documentos serão encaminhados junto com a ata do Conselho aprovando a construção  
177 do centro de controle de Zoonoses. O fato do projeto ter sido assinado pelo Prefeito é uma exigência do



178 Ministério para este tipo de convênio. Em relação a alteração dos valores, o projeto arquitetônico inicial era  
179 de um milhão e oitocentos mil reais, no entanto, foi informado pelo Ministério da Saúde a inviabilidade de  
180 disponibilização em função da limitação deste tipo de orçamento. O Ministério da Saúde repassa atualmente  
181 setecentos mil reais para estes núcleos de controle de Zoonoses, que é o teto máximo, entrando  
182 logicamente, uma complementação de no mínimo 30% de todo município que pleiteia este convênio. Temos  
183 como objetivo manter a área do bairro São Bernardo com melhorias. Sobre a capacitação dos Agentes  
184 Sanitários, o projeto PROFORMAR do Ministério da Saúde está previsto para ser implantado desde da época  
185 em que a FUNASA foi descentralizada pela Portaria 399 e em várias tentativas o projeto não saiu do papel.  
186 O secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco solicita à gerência de Controle de Zoonoses a lista de  
187 nomes dos trabalhadores que pertencem à Zoonoses e posteriormente é esclarecido pela gerente de  
188 Controle de Zoonoses da SMSA. A representante da do Centro de Controle de Zoonoses, Maria do Carmo  
189 informa que existe um programa de gerenciamento de resíduos sólidos que está sendo avaliado pela  
190 assessoria de arquitetura da SMSA. Existe também a necessidade de um relatório sobre o impacto ambiental  
191 em construção acima de seis mil metros quadrados, o que não é nosso caso. Em relação ao laboratório cuja  
192 área física construída exceda mil duzentos metros quadrados, que está condicionado a Secretaria Municipal  
193 de Meio Ambiente para liberação da licença ambiental. Em relação ao espaço físico, o projeto prevê que seja  
194 feito em uma distância de dez metros das moradias. O muro deverá ser construído com dois metros de  
195 altura, para evitar fuga de animais. Em relação a população, o projeto de controle animal fala da  
196 necessidade do centro de controle de Zoonoses como exigência das ONG's de proteção animal. Temos  
197 também uma grande campanha para sensibilização dos proprietários de animais em relação a  
198 responsabilidade que cada um deve ter. Este projeto terá início em 2004, com uma campanha de impacto  
199 na cidade, incluindo peças publicitárias para sensibilização da população. Paralelamente terá início um  
200 projeto de educação e saúde que será feito nas escolas da rede municipal, começando pela regional,  
201 atingindo posteriormente toda a cidade. Além disso acontecerá a conscientização da população pelos  
202 Agentes Sanitários e também informações sobre o projeto de esterilização de animais. A 2ª secretária do  
203 CMS/BH, Cléa da Mata coloca o projeto de construção do centro de controle de Zoonoses em votação pelo  
204 plenário. O projeto foi aprovado com um abstenção. O conselheiro Manoel de Lima solicita que seja feita  
205 uma discussão nas câmaras técnicas sobre os valores pagos pelas consultas especializadas. Em seguida,  
206 falaram os conselheiros Roberto Francisco e Paulo Carvalho. Estiveram presentes os conselheiros: Alcides  
207 Pereira de Souza, Cléa da Mata Carvalho, Cléber das Dores de Jesus, Dalila Monteiro Barbosa, Elina Souza  
208 Santos, Helvécio Miranda, Hervécio Cruz, João Athayde, José Brandão Maia, Karlyson de Castro Tavares,  
209 Lourival Custódio, Manoel de Lima, Paulo César Machado, Paulo Carvalho, Rady Eddy Gilgliolis, Roberto  
210 Francisco, Rogério Soares Sena, Rosalina Fernandes, Túlio Batista, Ultimonato Andrade, Zenith Maria, Ivo  
211 Lopes, Luiz Moraes, Maria Terezinha Souza, Aliete C. Rangel, Ivânia Augusta, Willer marcos, Edirany  
212 Almeida, Elson Violante, José Laerte de Castro, Luzia Maria Alves, Albertina Fonseca, Romeu Pires, Regina  
213 Lemos e Rubens Barbosa. Justificaram: Jorge Lúcio Diniz, José Valentim Lino, Ricardo Castanheira e  
214 Sebastião do Carmo. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi  
215 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo secretário geral do  
216 Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2003. LPM/vld